



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

Processo Licitatório nº: 158/2022

Pregão Eletrônico nº: 068/2022

Registro de Preços nº: 039/2022

Modo de Disputa Aberto

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. O Município de Presidente Olegário e esta Pregoeira, designada pela Portaria nº 172 de 27 de setembro de 2022, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei Federal nº 10.520/2002, do Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 1.183/2020, da Lei Complementar nº 123/2006 e, subsidiariamente, da Lei Federal nº 8.666/1993 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, farão realizar licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento menor preço item, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

2. Para os efeitos desta contratação e considerando a particularidade do objeto em licitação, considerando ainda ser mais vantajoso para a administração pública, tendo em vista que na pesquisa de mercado realizada identificou-se que não há no mínimo de três empresas enquadradas como ME/EPP para todos os itens dessa licitação, esta contratação terá destinação à ampla concorrência, não tendo, portanto, exclusividade na contratação de ME e/ou EPP, e, no caso de participação de micro e pequenas empresas, poderá ser utilizado o mecanismo do empate ficto.

3. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

Data: 16 de novembro de 2022
Fim do recebimento das propostas: 08h59min
Horário de abertura da sessão: 09h00min (Horário De Brasília/DF)
Endereço eletrônico: www.licitanet.com.br

4. Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente aos já fixados.

SEÇÃO I – DO OBJETO

1. A presente licitação tem como objeto a escolha da proposta mais vantajosa para o **Registro de preço destinado a futura, eventual e parcelada aquisição de materiais de limpeza e higiene para diversas Secretarias no Município de Presidente Olegário**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e demais documentações anexas ao Termo de Referência.

2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

SEÇÃO II – DA DESPESA

1. Por se tratar de registro de preços, onde a administração não possui previsão correta da aquisição, as dotações orçamentárias proferidas em cada autorização de fornecimento.

SEÇÃO III – DO CREDENCIAMENTO DOS PROPONENTES

1. O credenciamento das empresas interessadas a participar deste Pregão ocorrerá no sítio www.licitanet.com.br.

2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

- 2.1.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
 - 2.2.** O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
 - 2.3.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.
 - 2.4.** O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.** Durante a sessão pública, a comunicação entre a Pregoeira e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
 - 4.** Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 1.** Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objeto social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site www.licitanet.com.br.
 - 1.1.** Para participação na licitação, os interessados deverão credenciar-se diretamente à Licitanet – Licitações On-Line (www.licitanet.com.br), telefone: (34) 3031-6633, (34) 3236-7571, (34) 99678-7950 – até horário fixado neste Edital para apresentação da proposta e início do pregão, onde deverá ser observado o seguinte:
 - a) Cadastro ativo com a Licitanet – Licitações On-Line através de login e senha.
 - b) Inserção no sistema do valor inicial de cada item e a respectiva marca do produto (digitando “produto sem marca” quando for o caso, ex. serviços).
 - 1. 2.** O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão, nos termos do artigo 5º, inciso III, da Lei nº. 10.520/02.
- 2.** Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo.
- 3.** Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do Município de Presidente Olegário, em nenhum caso, responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão.
- 4.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 5.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e demais normas pertinentes.
- 6.** É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório – Acórdão TCU 1201/2020 Plenário. (Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).
- 7.** Não poderão participar deste Pregão:
 - Empresário suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;
 - Empresário declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

- Empresário proibido de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei Federal n.º 9.605/98;
- Empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei Federal n.º 8.429/92;
- Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei Federal n.º 8.666/93;
- Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei n.º 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório;
- Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- Empresário cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

SEÇÃO V – DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema(www.licitanet.com.br), o seguinte:

1.1. Documentos de **HABILITAÇÃO** exigidos no presente edital, dispostos na SEÇÃO - DA HABILITAÇÃO;

1.2. Proposta com a descrição do objeto ofertado e preço;

2. O horário limite de acolhimento das propostas comerciais, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação.

3. As propostas registradas no Sistema não devem conter nenhuma identificação da empresa proponente, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação da licitante na proposta registrada, esta será DESCLASSIFICADA pela pregoeira.

4. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública.

5. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência), prevalecerão às do edital.

6. Na Proposta de Preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.

7. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

9. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

10. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

11. O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subseqüentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO VI – DA PROPOSTA

1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

1.1. Valor unitário e total do item;

1.2. Marca e Modelo, no caso de fabricação própria colocar “fabricação própria”, uma vez que os



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

proponentes não poderão ser identificados;

1.3. Os preços ofertados somente serão apreciados se contendo duas casas decimais, caso contrário será desprezado o excedente;

1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

1.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;

1.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

1.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

1.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (a) dias, a contar da data de sua apresentação.

SEÇÃO VII – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

1. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pela **Pregoeira**, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.licitanet.com.br.

2. Durante a sessão pública, a comunicação entre a Pregoeira e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO VIII – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

2. Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

SEÇÃO IX – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

1. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.

2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

3. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

4. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6. Durante a fase de lances, a **Pregoeira** poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7. Se ocorrer a desconexão da Pregoeira no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8. No caso de a desconexão da Pregoeira persistir por tempo superior a 10(dez) minutos, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.licitanet.com.br.

9. Neste Pregão o modo de disputa adotado é o aberto, assim definido no inciso I art. 31º do Decreto n.º 10.024/2019.

10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

11. A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

12. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de no mínimo R\$0,10 devendo ser observados os intervalos referentes a cada item, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

SEÇÃO X – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

1.2. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão**;

1.3. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da sub-condição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

1.5. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

1.6. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prosseguirá com as demais **licitantes**.

SEÇÃO XI – DA NEGOCIAÇÃO

1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a **Pregoeira** deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à **licitante** que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

SEÇÃO XII - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital, ou seja, o **preço médio da pesquisa de preços**, e em seus anexos.

2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

6. A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.
8. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu posterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
10. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
11. A Pregoeira deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
12. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
13. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

SEÇÃO XIII - DA HABILITAÇÃO

1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:
2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS.
3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
6. Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
8. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
11. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza,



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

13. Habilitação Jurídica

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**).
- b)** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- c)** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
- d)** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede.
- e)** No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, e equiparadas nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.

14. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a)** Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- b)** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**, mediante apresentação de certidão emitida pela Caixa Econômica Federal.
- c)** Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado.
- d)** Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município.
- e)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943 (CNDT).

15. Qualificação Econômico-Financeira:

- a)** Certidão Negativa de **Falência ou Recuperação Judicial**/Extrajudicial expedida cartório pelo distribuidor da sede do licitante, nos últimos 90 (noventa) dias antes da entrega das propostas*.
* É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório – Acórdão TCU 1201/2020 Plenário. (Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).

16. Outras Comprovações

- I - Declaração expressa de que o licitante:**
 - a) não se acha declarado inidôneo para licitar e contratar com o Poder Público ou suspenso do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

b) não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo determina o inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93 (com redação dada pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei;

c) assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação;

d) dispõe de recursos humanos e materiais, equipamentos, ferramentas necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, assinada pelo representante legal da empresa.

II – Declaração de condição ME/EPP (se for o caso).

III – Declaração Habilitatória.

IV - ATESTADO ou DECLARAÇÃO de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, comprovando a execução satisfatória de serviços ou fornecimento similares ao objeto desta licitação.

OBS: Conforme disposto no §3º do Art. 43 da Lei 8.666/93 a pregoeira ou autoridade superior poderá realizar diligência para verificar a veracidade das informações constantes no atestado apresentado.

17. Empresas Vencedoras

I – Apresentar ficha técnica e Registro na Anvisa dos itens: 4, 28, 37, 59, 60 e 61

II – Apresentar ficha técnica dos itens: 35, 36, 49 e 56

III – Apresentar FISQ nos itens: 28 e 37

18. Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurada pela Pregoeira, mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação da respectiva licitante e envio dos documentos para o MPMG (Ministério Público de Minas Gerais), para apuração, se possível, de prática delituosa, conforme art. 89 e seguintes da Lei Federal 8.666/93.

19. Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

20. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

21. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

22. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

23. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

24. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

25. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

26. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

sanções cabíveis.

27. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

28. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

29. As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão.

SEÇÃO XIV - DA HABILITAÇÃO DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico e deverá:

1.2. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

1.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

1.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

1.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

1.6. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

1.7. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

1.8. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

SEÇÃO XV - DOS RECURSOS

1. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

2. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **10 (dez) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

3. Havendo quem se manifeste, caberá à Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

4. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

SEÇÃO XVI - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

1. A sessão pública poderá ser reaberta:

1.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

1.3. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

1.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

1.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”).

SEÇÃO XVII - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

SEÇÃO XVIII - DA EXECUÇÃO

1. Conforme regras constantes do Projeto Básico/Termo de Referência.

SEÇÃO XIX - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

1. Conforme regras constantes do Projeto Básico/Termo de Referência.

SEÇÃO XX - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

SEÇÃO XXI – DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

SEÇÃO XXII – DAS OBRIGAÇÕES CONTRATO

1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

SEÇÃO XXIII - DO PAGAMENTO

1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

SEÇÃO XXIV – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. As regras acerca das sanções são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

SEÇÃO XXV – DA IMPUGNAÇÃO A EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

2. A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica através do sistema no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.

3. Caberá à Pregoeira, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, deverão ser realizados por forma eletrônica através do sistema.

6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.

SEÇÃO XXVI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

2. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias e horário de expediente na Administração.

9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico, www.po.mg.gov.br na aba licitações, www.licitanet.com.br e também poderão ser lidos/ou obtidos no endereço Praça Dr. Castilho, nº 10, no Centro de Presidente Olegário/MG, CEP: 38.700-900, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

11. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contida implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

12. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido.

13. Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o(a) Pregoeiro(a) poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

14. Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

15. A Pregoeira, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 3º, do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93.

16. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante.

17. As decisões da Pregoeira serão publicadas no Diário Oficial do Município no sítio www.po.mg.gov.br na aba Diário Oficial.

18. A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

19. A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município de Presidente



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

Olegário/MG revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes.

20. Para atender a seus interesses, o Município de Presidente Olegário poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do art. 65, da Lei Federal n 8.666/93.

21. O Município de Presidente Olegário poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura, desde que de acordo com a legislação vigente.

22. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Presidente Olegário/MG, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

23. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Cópia termo de referência/projeto básico

ANEXO II – Proposta de Preços;

ANEXO III – Registro da Ata de Registro;

ANEXO IV – Minuta do Contrato.

Presidente Olegário, 01 de novembro de 2022.

Gilmar Caetano Silva
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos
Gestora do Contrato

Lara Fernandes Rodrigues
Secretária Municipal de Saúde
Gestora do Contrato

Júlio dos Reis Pereira
Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento
Gestor do Contrato

Leonardo Santos Araujo
Secretário Municipal de Estradas e Transportes
Gestor do Contrato

Monize Angela de Andrade
Pregoeira



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PREGÃO ELETRÔNICO

1. DO OBJETO

Registro de preços destinado a futura, eventual e parcelada aquisição de materiais de limpeza e higiene para diversas Secretarias do município de Presidente Olegário, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e demais documentações anexas a este Termo de Referência.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Especificação
00001	AGUA SANITARIA 2L	UN	500	AGUA SANITARIA 2L
00002	ALCOOL ETILICO 70% INPM	UN	300	ALCOOL ETILICO 70% INPM
00003	ALCOOL ETILICO 70º GEL ANTI-SEPTICO 5 L	GL	100	ALCOOL ETILICO 70º GEL ANTI-SEPTICO 5 L
00004	ANTISSEPTICO SPRAY - ALCOOL	CX	40	ANTISSEPTICO SPRAY - ALCOOL - HIGIENIZADOR ANTISSEPTICO EM SPRAY P/ USO A SECO NAS MÃOS DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE EM AMBIENTE HOSPITALAR. REFIL EM BOLSA PLASTICA . DEVERÁ PROMOVER ANTISSEPSIA RAPIDA, ELIMINADO 99,99% DE GERMES E BACTERIAS. DISPENSA O ENXAGUE, ALCOOL ETILICO EXTRA FINO, SECAGEM RÁPIDA, DEVERÁ SER ABSORVIDO RAPIDAMENTE E NÃO DEIXAR A PELE OLEOSA OU PEGAJOSA; COMPOSIÇÃO BÁSICA: ALCOHOL, AQUA, PROPYLENE GLYCOL, HIDROXIETHYL UREA. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE; CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES, COM NO MINIMO 400MLCADA. APRESENTAR FICHA TECNICA E REGISTRO NA ANVISA (FORNECEDOR DEVE OFERECER O DISPENSER COMODATO, PREVISÃO DE USO 80 UNIDADES)
00005	AVENTAL REFORÇADO PRETO/LARANJA EM PVC COM QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR À TREVIRA	UN	300	AVENTAL REFORÇADO PRETO/LARANJA DUPLA FACE FABRICADO EM PVC COM QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR À TREVIRA TAMANHO: 1,20 x 0,70m ESPESURA APROXIMADA: 0,60mm
00006	BALDE DUPLO 30LTS	UN	5	BALDE DUPLO 30LTS - CONJUNTO DE BALDE PARA LIMPEZA COM SISTEMA DE 2 ÁGUAS COM DIVISÓRIA PARA 18 E 12 LITROS; ESPREMEDOR COM PRESSÃO SUPERIOR, COM DRENO DE ESCOAMENTO DE ÁGUÁ SUJA E RODIZIO. MEDIDAS: 52x37x84CM (CxLxA) - ADAPTÁVEL AO CARRO FUNCIONAL BRALIMPIA
00007	BALDE PLASTICO 5 LITROS	UN	20	BALDE PLASTICO 5 LITROS NA COR VERDE
00008	BOTA DE BORRACHA BRANCA NUMERO 35	PA	10	BOTA DE BORRACHA BRANCA NUMERO 35
00009	BOTA DE BORRACHA BRANCA NUMERO 36	PA	15	BOTA DE BORRACHA BRANCA NUMERO 36
00010	BOTA DE BORRACHA BRANCA NUMERO 37	PA	20	BOTA DE BORRACHA BRANCA NUMERO 37
00011	BOTA DE BORRACHA BRANCA NUMERO 38	PA	12	BOTA DE BORRACHA BRANCA NUMERO 38
00012	BOTA DE BORRACHA BRANCA NUMERO 39	PA	10	BOTA DE BORRACHA BRANCA NUMERO 39
00013	BOTA DE BORRACHA BRANCA NUMERO 41	PA	10	BOTA DE BORRACHA BRANCA NUMERO 41
00014	BOTA DE BORRACHA BRANCA NUMERO 42	UN	8	BOTA DE BORRACHA BRANCA NUMERO 42
00015	BOTA DE BORRACHA BRANCA, NUMERO 40	PA	12	BOTA DE BORRACHA BRANCA, NUMERO 40
00016	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA N 34	PA	10	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA N 34



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

00017	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA N 38	PA	10	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA N 38
00018	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA N 39	PA	15	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA N 39
00019	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA N 40	PA	10	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA N 40
00020	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA N 41	PA	10	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA N 41
00021	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA N 42	PA	15	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA N 42
00022	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA N 36	PA	25	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA N 36
00023	CABO ALUMÍNIO PARA MOP COLORIDO	UN	15	CABOS DE ALUMÍNIO COLORIDOS COM HASTE EURO. DIÂMETROS DE 24 MM E 22 MM, ATENDEM AOS ACESSÓRIOS DE LIMPEZA PARA ESSE TIPO DE ENCAIXE SÃO MAIS FIRMES E SEGUROS PARA A REALIZAÇÃO DA LIMPEZA.
00024	CALÇADO DE SEGURANÇA, TIPO BOTA, NA COR BRANCA, IMPERMEÁVEL, DE USO PROFISSIONAL, CONFECCIONADA EM P	PA	30	CALÇADO DE SEGURANÇA, TIPO BOTA, NA COR BRANCA, IMPERMEÁVEL, DE USO PROFISSIONAL, CONFECCIONADA EM POLICLORETO DE VINILA (PVC), SEM FORRO, COM DESENHOS ANTIDERRAPANTES NO SOLADO, CANO MÉDIO, ABAIXO DO JOELHO. TAMANHOS DIVERSOS.
00025	CARRO HOSPITALAR PARA ROUPAS	UN	1	CARRO HOSPITALAR PARA TRANSPORTE DE ROUPA E MATERIAL DE LIMPEZA PARA MOBILIÁRIO COM DUAS ALÇAS ERGONÔMICAS. MEDIDAS APROXIMADAS AXLXC, 110X60X130CM. CONTENDO DOIS COMPARTIMENTOS ISOLADOS E COM CHAVES, O PRIMEIRO COM BOLSA EM VINIL, COM PEDAL QUE POSSIBILITE A ABERTURA DA TAMPA PARA DESCARTE DE ROUPAS E/OU LIXO E O SEGUNDO COM PRATELEIRAS NO MÍNIMO 3 PRATELEIRAS. PRODUZIDO COM COLUNAS DE ALUMÍNIO E TERMOPLÁSTICO POLIPROPILENO. RODÍZIOS COM SISTEMA DE CARENAGEM QUE EVITAM QUE SUJIDADES COMO PÓ, POEIRA, CABELOS, ETC. AMORTECEDORES EM ELASTÔMERO TERMOPLÁSTICO. SISTEMA QUE PROTEJA AS PAREDES, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS CONTRA IMPACTOS. ESTRUTURA ARAMADA QUE POSSIBILITE A FIXAÇÃO DE 2 BALDES DE 25 LITROS COM TAMPAS HERMÉTICAS. INCLUINDO OS BALDES COM ALÇAS ERGONÔMICAS.
00026	COLETOR P/ PERFURCORTANTES C/ 20 LITROS	UN	500	COLETOR P/ PERFURCORTANTES C/ 20 LITROS
00027	DESINFETANTE CONCENTRADO GALAO 5LTS	UN	470	DESINFETANTE CONCENTRADO GALAO 5LTS
00028	DESINFETANTE HOSPITALAR A BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO E BIGUANIDA CONCENTRADO - DILUIÇÃO 1:200 - D	UN	140	DESINFETANTE HOSPITALAR A BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO E BIGUANIDA CONCENTRADO - DILUIÇÃO 1:200 - DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS A BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO DE 5° GERAÇÃO E BIGUANIDA POLIMÉRICA. GALÃO DE 5 LITROS. APRESENTAR REGISTRO NA ANVISA. DEVE APRESENTAR FICHA TÉCNICA E FISPQ. SOLICITO 3 DILUIDORES APROPRIADOS PARA DILUIÇÃO DESTE PRODUTO CONSIGNADOS.
00029	DETERGENTE LIQUIDO DILUIÇÃO 1:20 - GALÃO COM 5 LITROS	UN	150	DETERGENTE LIQUIDO DILUIÇÃO 1:20 - GALÃO COM 5 LITROS
00030	DETERGENTE LIQUIDO NEUTRO, TRANSPARENTE, TRANSLUCIDO, COMPOSIÇÃO: LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE	UN	12.000	DETERGENTE LIQUIDO NEUTRO TRANSPARENTE, TRANSLUCIDO, COMPOSIÇÃO: LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, SEQUESTRANTE E TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL; TESTADO DERMATOLOGICAMENTE; FRASCO COM 500ML, DENSIDADE MÍNIMA DE 490G/500ML. DEVE CONSTAR



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

				NO ROTULO N° DO REGISTRO DA ANVISA, CNPJ DA EMPRESA, O QUÍMICO RESPONSÁVEL, VALIDADE, ENDEREÇO E TELEFONE PARA CONTATO. DATA DE FABRICAÇÃO E LOTE IMPRESSOS NO FRASCO. VALIDADE MÍNIMA DE 23 MESES. MARCA DE REFERÊNCIA YPÊ, MINUANO OU SIMILAR.
00031	DISCO DE FIBRA AMARELO PARA ENCERADEIRA INDUSTRIAL	UN	20	DISCO DE FIBRA AMARELO PARA ENCERADEIRA INDUSTRIAL CL350 - LIMPEZA LEVE E BRILHO
00032	DISCO DE FIBRA AZUL PARA ENCERADEIRA INDUSTRIAL	UN	20	DISCO DE FIBRA AZUL PARA ENCERADEIRA INDUSTRIAL CL350 - REMOÇÃO DE SUJEIRAS E TRATAMENTO DE PISO
00033	DISCO DE FIBRA BRANCO PARA ENCERADEIRA INDUSTRIAL	UN	20	DISCO DE FIBRA BRANCO PARA ENCERADEIRA INDUSTRIAL CL350 - POLIMENTO COM ALTO NÍVEL DE BRILHO
00034	ESTOPA, BRANCA, PRIMEIRA LINHA 50 KG	FD	3	ESTOPA, BRANCA, PRIMEIRA LINHA 50KG
00035	FIBRA DE LIMPEZA PESADA - VERDE	UN	60	FIBRA DE LIMPEZA PESADA - VERDE - PRODUTO À BASE DE FIBRAS SINTÉTICAS E MINERAL ABRASIVO, UNIDOS POR RESINA À PROVA D'ÁGUA. PRODUZIDAS DENTRO DE MODERNOS PADRÕES TECNOLÓGICOS, PODEM SER USADAS EM DIVERSAS APLICAÇÕES DESDE A ÁREA GASTRONÔMICA ATÉ A LIMPEZA PESADA DE PISOS E PAREDES.DE ACORDO COM A VIGILÂNCIA SANITÁRIA, SUBSTITUEM COM SUCESSO AS LÃS DE AÇO, POIS NÃO SOLTAM RESÍDUOS QUE CONTAMINAM ALIMENTOS E AMBIENTES, SENDO MUITO MAIS EFICIENTES PARA A REALIZAÇÃO DA LIMPEZA. LIMPEZA PESADA. APRESENTAR FICHA TECNICA
00036	FIBRA DE LIMPEZA VIDRO - BRANCA	UN	60	FIBRA DE LIMPEZA VIDRO - BRANCA - PRODUTO À BASE DE FIBRAS SINTÉTICAS E MINERAL ABRASIVO, UNIDOS POR RESINA À PROVA D'ÁGUA. PRODUZIDAS DENTRO DE MODERNOS PADRÕES TECNOLÓGICOS, PODEM SER USADAS EM DIVERSAS APLICAÇÕES DESDE A ÁREA GASTRONÔMICA ATÉ A LIMPEZA PESADA DE PISOS E PAREDES.DE ACORDO COM A VIGILÂNCIA SANITÁRIA, SUBSTITUEM COM SUCESSO AS LÃS DE AÇO, POIS NÃO SOLTAM RESÍDUOS QUE CONTAMINAM ALIMENTOS E AMBIENTES, SENDO MUITO MAIS EFICIENTES PARA A REALIZAÇÃO DA LIMPEZA. MACIA. APRESENTAR FICHA TECNICA
00037	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% - 5 LITROS	UN	180	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% - 5 LITROS - DESINFETANTE HOSPITALAR A BASE DE HIPOCLORITO DE SÓDIO 1%, PARA SUPERFÍCIE E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS. POSSUI AÇÃO BACTERICIDA. INDICADO PARA DESINFECÇÃO DE SUPERFÍCIES FIXAS NÃO METÁLICAS DE HOSPITAIS E ESTABELECIMENTOS DE ATENDIMENTO À SAÚDE. APRESENTAR FICHA TÉCNICA, FISPQ E REGISTRO NA ANVISA.
00038	LIMPA ALUMINIO GALÃO 50 LTS CONCENTRADO 1/100	UN	12	LIMPA ALUMINIO GALÃO 50 LTS CONCENTRADO 1/100
00039	LIMPA VIDRO VIDREX OU SIMILAR C/500ML	UN	60	LIMPA VIDRO VIDREX OU SIMILAR C/500ML, COM AÇÃO ANTI-ESTÁTICA, COM ESPUMA CONTROLADA E SECAGEM ULTRA-RÁPIDA.
00040	LIXEIRA HOSPITALAR 30LTS	UN	50	LIXEIRA TUBULAR C/ PEDAL 30LTS MATERIAL: POLIETILENO ROTOMOLDADO SEM SOLDAS OU EMENDAS, TRATAMENTO UV APRESENTAR FICHA TECNICA OU FOLDER. MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURAX LARGURA - 44x 34CM
00041	LUVA DE VAQUETA CANO CURTO TAMANHO G	UN	250	LUVA DE VAQUETA CANO CURTO TAMANHO G
00042	LUVA DE VAQUETA COM PUNHO DE RASPA G	PA	250	LUVA DE VAQUETA COM PUNHO DE RASPA G
00043	LUVA NITRILICA CANO LONGO TAMANHO M	UN	200	LUVA FABRICADA EM BORRACHA NITRÍLICA, TAMANHO M, POSSUI ANTIDERRAPANTE NA PALMA E NA FACE PALMAR DOS DEDOS, REFORÇADA, CANO



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

				LONGO, SEMFORRO, NA COR VERDE, CERCA DE 45mm DE ESPESSURA E 43-46 cm DE COMPRIMENTO
00044	LUVA NITRILICA VERDE COM FORRO REFORÇADA TAM G	PA	280	Altamente resistente a produtos químicos, principalmente ácidos, cáusticos e solventes e, também, possui excelente resistência mecânica a rasgo, perfuração, corte e abrasão. Alta flexibilidade oferecendo o máximo de conforto ao usuário. E, por último, possui palma antiderrapante que facilita o manuseio seguro de objetos secos ou molhados. 33 cm de comprimento.
00045	LUVA NITRILICA VERDE COM FORRO REFORÇADA TAM XG	PA	370	Altamente resistente a produtos químicos, principalmente ácidos, cáusticos e solventes e, também, possui excelente resistência mecânica a rasgo, perfuração, corte e abrasão. Alta flexibilidade oferecendo o máximo de conforto ao usuário. E, por último, possui palma antiderrapante que facilita o manuseio seguro de objetos secos ou molhados. 33 cm de comprimento.
00046	MARMITEX ISOPOR TERMICO COM TAMPAS Nº 8, CAIXA COM 200 UNIDADES	CX	140	MARMITEX ISOPOR TERMICO COM TAMPAS Nº 8, CAIXA COM 200 UNIDADES
00047	MULTI USO INSTANTANEO OU S C/ 500ML	UN	48	MULTI USO INSTANTANEO OU S C/ 500ML
00048	OLEO 68 - VG 68 - 1ª LINHA (SISTEMA HIDRAULICO)	BD	6	OLEO 68 -VG 68 - 1ª LINHA (SISTEMA HIDRAULICO)
00049	PA COLETORA COM CAIXA	UN	3	PÁ COLETORA COM CAIXA EM POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA E CABO DE ALUMÍNIO COM MANOPLA COM FORMATO ANATÔMICO, APRESENTA ALTURA CORRETA PARA O OPERADOR QUE EFETUA O RECOLHIMENTO DOS DETRITOS E SUJIDADES EM PISOS, LEVE E RESISTENTE EVITA A FADIGA DO OPERADOR PODENDO SER UTILIZADA EM TODOS OS AMBIENTES. APRESENTAR FICHA TÉCNICA OU FOLDER
00050	PANO PARA LIMPEZA DE PISO	UN	100	PANO ALVEJADO PARA LIMPEZA DE PISO 22 BATIDAS - 50x70CM
00051	PAPEL HIGIÊNICO, FOLHA SIMPLES, ROLÃO DE 300MTS DE 8 CM A 10 CM DE LARGURA, EMBALADOS DE FORMA ADEQ	FD	180	PAPEL HIGIÊNICO, FOLHA SIMPLES, ROLÃO DE 300MTS DE 8 CM A 10 CM DE LARGURA, EMBALADOS DE FORMA ADEQUADA PARA NÃO DANIFICAR NEM CONTAMINAR O PRODUTO CONTENDO 08 UNIDADES. (FORNECEDOR DEVE OFERECER O DISPENSER COMODATO, PREVISÃO DE USO 40 UNIDADES)
00052	PAPEL TOALHA 100% CELULOSE VIRGEM	CX	1.000	PAPEL TOALHA 03 DOBRAS/M³, BRANCO, 100% FIBRAS VIRGENS NÃO TRANSGÊNICAS, DIMENSÃO APROXIMADA :23X27CM, GRAMATURA DE 36 A 39GRS/M², DEVERÁ APRESENTAR LAUDO MICROBIOLÓGICO E DE IRRITABILIDADE DÉRMICA, FORNECENDO EM FARDOS. EMBALADOS EM CAIXAS COM, NO MÍNIMO, 2.400 FOLHAS INFORMADA NA CAIXA. (FORNECEDOR DEVE OFERECER O DISPENSER COMODATO, PREVISÃO DE USO 65 UNIDADES)
00053	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO COR CREME 1000 FOLHAS	UN	150	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO COR CREME 1000 FOLHAS
00054	PULVERIZADOR 500ML	UN	40	PULVERIZADOR FABRICADO EM POLIPROPILENO, RESISTENTE PARA CARREGAR SOLUÇÕES DE LIMPEZA. COM JATO DIRIGIDO E EM LEQUE
00055	REFIL MOP ÚMIDO 85% ALGODÃO E 15% POLIÉSTER, COMPATÍVEL COM HASTE EURO. INDICADOS PARA A HIGIENIZAÇÃO	UN	80	REFIL MOP ÚMIDO 85% ALGODÃO E 15% POLIÉSTER, COMPATÍVEL COM HASTE EURO. INDICADOS PARA A HIGIENIZAÇÃO HOSPITALAR E DE LABORATÓRIO. COM EXCELENTE ABRASÃO, ABSORÇÃO E ALTO PODER PARA RETIRAR LÍQUIDOS. COMPOSIÇÃO E FIOS PERFEITAMENTE TRAMADOS, DE MODO QUE NÃO SOLTEM FIAPOS. POSSUEM BARRA COLORIDA PARA IDENTIFICAÇÃO NA PARTE SUPERIOR DO REFIL. ESTA COLORAÇÃO DIFERENCIADA PERMITE QUE OS REFIS SEJAM IDENTIFICADOS E UTILIZADOS EM ÁREAS DIFERENTES, PREVENINDO A TRANSFERÊNCIA DE CONTAMINAÇÕES.
00056	RODO 65CM	UN	16	EQUIPAMENTO PRODUZIDO EM POLIPROPILENO COM



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

				ENCAIXE DO SISTEMA EURO. DISPONÍVEL EM CORES VARIADAS, QUE PODEM AUXILIAR NA PREVENÇÃO DA CONTAMINAÇÃO CRUZADA ENTRE AMBIENTES. DIMENSÕES 65CM. APRESENTAR FICHA TÉCNICA OU FOLDER.
00057	SABAO EM BARRA GLICERINADO C/ 5 UNID	PC	50	SABAO EM BARRA GLICERINADO C/ 5 UNID
00058	SABONETE 11 GRS /BRANCO 1 QUALIDADE	UN	1.000	SABONETE 11 GRS /BRANCO 1 QUALIDADE
00059	SABONETE EM ESPUMA P/ ASSEPSIA DAS MÃOS, SUAVE, FRAGANCIA FLORAL.SISTEMA DE DOSAGEM EM ESPUMA QUE PR	CX	60	SABONETE EM ESPUMA P/ ASSEPSIA DAS MÃOS, SUAVE, FRAGANCIA FLORAL.SISTEMA DE DOSAGEM EM ESPUMA QUE PROPORCIONE MELHOR AÇÃO E CUSTO FINAL. FÓRMULA BALANCEADA QUE PERMITA MANTER A PELE SAUDAVEL MESMO APOS VARIOS CONTATOS. REFIL EM BOLSA PLASTICA COM APROXIMADAMENTE 1.600 APLICAÇÕES. FORMULAÇÃO COM TENSOATIVOS DE ALTA EFICIENCIA PARA REMOÇÃO TOTAL DA SUJIDADE. COMPOSIÇÃO BÁSICA: COCAMIDE DEA, SODIUM LAURETH SULFATE, METHYLPARABEN/ BULTYPARABEN/ ETHYLPARABEN/ ISOBUTYLPARABEN, LANOLIN, PROPYLENE GLYCOL, TRIETHANOLAMINE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTRO DA SAUDE. CAIXA CONTENDO 06 REFIS DE NO MÍNIMO 600ML CADA. APRESENTAR FICHA TECNICA E REGISTRO NA ANVISA. (FORNECEDOR DEVE OFERECER O DISPENSER COMODATO, PREVISÃO DE USO 65 UNIDADES)
00060	SABONETE LIQ. PEROLADO PERFUMADO 5 LTS	GL	20	SABONETE LIQ. PEROLADO PERFUMADO 5 LTS PRONTO PARA USOM COM REGISTRO NA ANVISA
00061	SABONETE PARA AS MÃOS	CX	60	SABONETE EM ESPUMA P/ ASSEPSIA DAS MÃOS, SUAVE, FRAGANCIA FLORAL.SISTEMA DE DOSAGEM EM ESPUMA QUE PROPORCIONE MELHOR AÇÃO E CUSTO FINAL. FÓRMULA BALANCEADA QUE PERMITA MANTER A PELE SAUDAVEL MESMO APOS VARIOS CONTATOS. REFIL EM BOLSA PLASTICA COM APROXIMADAMENTE 1.600 APLICAÇÕES. FORMULAÇÃO COM TENSOATIVOS DE ALTA EFICIENCIA PARA REMOÇÃO TOTAL DA SUJIDADE. COMPOSIÇÃO BÁSICA: COCAMIDE DEA, SODIUM LAURETH SULFATE, METHYLPARABEN/ BULTYPARABEN/ ETHYLPARABEN/ ISOBUTYLPARABEN, LANOLIN, PROPYLENE GLYCOL, TRIETHANOLAMINE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTRO DA SAUDE. CAIXA CONTENDO 06 REFIS DE NO MÍNIMO 600ML CADA. APRESENTAR FICHA TECNICA E REGISTRO NA ANVISA. A EMPRESA DEVE FORNECER O DISPENSER EM COMODATO. PREVISÃO APROXIMADA DE 65 UNIDADES.
00062	SACO DE LIXO 100LTS C/100UND MICRA 0,08	UN	710	SACO DE LIXO 100LTS C/100UND MICRA 0,08
00063	SACO DE LIXO 20LT-100UND MICRA 0,04 PRET	UN	80	SACO DE LIXO 20LT-100UND MICRA 0,04 PRET
00064	SACO DE LIXO 50LTS - 100UN REFORÇADO	UN	100	SACO DE LIXO 50LTS - 100UN REFORÇADO
00065	SACO DE LIXO LEITOSO 100LTS -100UND	UN	150	SACO DE LIXO LEITOSO 100LTS -100UND
00066	SACO DE LIXO LEITOSO 20LTS -100UNDS	UN	50	SACO DE LIXO LEITOSO 20LTS -100UNDS
00067	SACO HAMPER	UN	8.000	SACO HAMPER 120 LITROS, MEDIDAS DE 90 X 1,05CM
00068	SOLUPAN DILUIÇÃO 1/100 CONCENTRADO BB DE 50 LITROS	UN	12	SOLUPAN DILUIÇÃO 1/100 CONCENTRADO BB DE 50 LITROS
00069	SOLUPAN/DESENGRAXANTE CONCENTRADO BB.50I	UN	10	SOLUPAN/DESENGRAXANTE CONCENTRADO BB.50
00070	SUPORTE DE PLASTICO PARA FIBRAS	UN	6	SUPORE PLASTICO ARTICULADO, MOLDADO COM GANCHOS QUE PERMITAM A FIXAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE FIBRAS DE LIMPEZA, COM CABO DE 140CM



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

				EM ALUMINIO CORES VARIADAS (VERDE, VERMELHO, AZUL E AMARELO)
00071	TOUCA DESCARTÁVEL SANFONADA EM TNT - COM 100 UNIDADES	PC	100	TOUCA DESCARTÁVEL SANFONADA EM TNT - COM 100 UNIDADES
00072	VASSOURA DE PELO PARA LIMPEZA AUTOMOTIVA	UN	6	VASSOURA DE PELO PARA LIMPEZA AUTOMOTIVA

- 1.1. O objeto da licitação tem a natureza de compras comuns.
- 1.2. A presente contratação adotará como critério de julgamento o Menor Preço – Item.
- 1.3. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses.
- 1.4. A licitação, verificada a vantajosidade para administração pública possuirá ampla concorrência.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Justifica-se a presente contratação para manutenção da limpeza e higiene das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Presidente Olegário/MG.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nas requisições, abrange a aquisição de materiais de limpeza e higiene para diversos setores no município de Presidente Olegário/MG.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS PRODUTOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de compras comuns, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Nos termos do disposto no art. 1º do Decreto nº 10.024/2019, os produtos a serem adquiridos são considerados compras comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais no mercado. A contratação não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.3. A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento, tais como: salários; seguros de acidentes; taxas, impostos e contribuições; indenizações; vales-refeição; vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

5.2. Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares do Contratante, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão.

5.3. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Contratante.

5.4. Responder pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento dos materiais, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

5.5. Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a equipamentos de propriedade do Contratante, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento dos materiais.

5.6. Efetuar as entregas dos materiais, objeto da Autorização de Fornecimento, a critério da Contratante



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

que, poderão ser parceladas de acordo com a programação estabelecida pelas Secretarias Requisitantes, no prazo máximo de **8 (oito) dias** consecutivos contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento expedida pelo Setor de Compras.

5.7. Os materiais que vierem com defeito grave de fabricação e não atenderem às exigências do contrato serão devolvidas e a Contratada os substituirão imediatamente, sem nenhum ônus para o Contratante.

5.8. Manter-se em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão, durante toda a execução do contrato.

5.9. Efetuar a entrega dos materiais no local a ser determinado pela Secretaria Municipal Requisitante, na cidade de Presidente Olegário, conforme definido em NAF no horário das 08h00min às 16h00min, de segunda-feira a sexta-feira, em dias úteis, conforme informado a cada emissão de Ordem de Fornecimento.

5.10. Arcar integralmente com os custos decorrentes dos transportes, carga e descarga dos materiais, que deverão ser entregues no endereço citado na NAF.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Além de todas as normas que regulamentam os produtos, a contratada deverá:

6.1. Entregar os produtos objeto do contrato com qualidade e eficiência, dentro dos padrões e prazos exigidos pelo CONTRATANTE, conforme solicitação da Secretaria Requisitante e conforme exigido neste Contrato, dentro do município de Presidente Olegário, sem ônus ao município.

6.2. Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da contratação.

6.3. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei nº 8.666/93 devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

6.4. Responsabilizar-se por qualquer dano ou prejuízo advindo da má execução do objeto contratual perante terceiros, isentando o Contratante de qualquer ônus ou encargo a esse título.

6.5. Providenciar imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à aquisição.

6.6. Responsabilizar-se por todas as despesas, diretas e indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho do objeto ora licitado, ficando ainda, a Contratante, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

7.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do contrato, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

7.4. **Fornecer à Contratada todas as Ordens de Fornecimentos relativas os materiais solicitados.**



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

7.5. Efetuar o pagamento conforme especificado neste Termo de Referência.

7.6. Informar imediatamente qualquer anomalia detectada no(s) materiais.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. A entrega deverá ser executada com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

8.1.1 A entrega será aceita após a verificação, pela fiscalização do contrato, do cumprimento de todas as obrigações e especificações constantes do contrato, e ainda em conformidade com a legislação de regência.

8.2. Dos Atores da Gestão do Contrato

9.2.1. O contrato será acompanhado por servidores designados pelo Município de Presidente Olegário, nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Instrução Normativa nº 05, de 25/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para atuarem como gestor, fiscal técnico e fiscal administrativo.

8.3. Mecanismos de comunicação

8.3.1 Os meios de comunicação que serão utilizados para contato entre contratante e contratada serão os seguintes:

- telefone, correio eletrônico,
- reuniões, e
- correspondências (Ofícios).

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da entrega realizado, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o objeto contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

10.3. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

I – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

II – Fiscalização: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário; é também o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento; além disso é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade.

11. DA DOCUMENTAÇÃO A SER EXIGIDA

Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Termo de Referência, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

1. Habilitação Jurídica

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- b) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede.
- e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, e equiparadas nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.

2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- b) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**, mediante apresentação de certidão emitida pela Caixa Econômica Federal.
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado.
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943 (CNDT).

3. Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão Negativa de **Falência ou Recuperação Judicial**/Extrajudicial expedida cartório pelo distribuidor da sede do licitante, nos últimos 90 (noventa) dias antes da entrega das propostas*.

* É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório – Acórdão TCU 1201/2020 Plenário. (Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).

4. Outras Comprovações

I - Declaração expressa de que o licitante:

a) não se acha declarado inidôneo para licitar e contratar com o Poder Público ou suspenso do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;

b) não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo determina o inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93 (com redação dada pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei;

c) assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação;

d) dispõe de recursos humanos e materiais, equipamentos, ferramentas necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, assinada pelo representante legal da empresa.

II – Declaração de condição ME/EPP (se for o caso).

III – Declaração Habilitatória.

IV - ATESTADO ou DECLARAÇÃO de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, comprovando a execução satisfatória de serviços ou fornecimento similares ao objeto desta licitação.

OBS: Conforme disposto no §3º do Art. 43 da Lei 8.666/93 a pregoeira ou autoridade superior poderá realizar diligência para verificar a veracidade das informações constantes no atestado apresentado.

5. Empresas Vencedoras

I – Apresentar ficha técnica e Registro na Anvisa dos itens: 4, 28, 37, 59, 60 e 61

II – Apresentar ficha técnica dos itens: 35, 36, 49 e 56

III – Apresentar FISQ nos itens: 28 e 37

12. DO PAGAMENTO

1. O pagamento será realizado pelo Município em até 15 (quinze) dias após a apresentação de documento fiscal correspondente a entrega realizada, cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato, incluídas nestas o aceite dado pela secretaria requisitante.

2. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente bancária, devendo a empresa vencedora apresentar o número de conta, o banco e a agência junto ao corpo da Nota Fiscal ou em anexo.

3. Em caso de alteração de conta bancária, deverá comunicar, formalmente, à Secretaria Municipal de Fazenda para que seja feita a retificação da conta cadastrada.

4. Somente serão efetuados pagamentos para as notas fiscais emitidas pelo participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de contrato, não sendo admitido pagamento para outrem através de procuração (Decreto Municipal nº 987 de 14 de junho de 2017).



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

5. A CONTRATADA deverá fornecer junto à Nota Fiscal, comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas, FGTS e previdenciárias, referentes ao mês anterior dos serviços prestados, a emissão da Nota Fiscal deverá obedecer aos recolhimentos/retenções de acordo com a lei vigente.

6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, obrigando-se ainda, a manter regularmente em dia, sua condição de cadastrada e habilitada junto ao Cadastro de Fornecedores do Município de Presidente Olegário.

7. A critério da Administração, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da contratada.

8. A nota fiscal correspondente deverá ser entregue, pela licitante vencedora, diretamente ao responsável pelo recebimento dos produtos, que somente liberará a referida nota fiscal para pagamento após atestar a execução.

9. Havendo erro na nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo responsável pelo recebimento, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Administração Municipal.

10. Somente serão efetuados os pagamentos às notas fiscais eletrônicas (NFe), de acordo com o protocolo ICMS 19/2011 da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, emitidas pela empresa participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ.

11. Por se tratar de registro de preços, onde a administração não possui previsão correta da aquisição, as dotações orçamentárias serão proferidas em cada autorização de fornecimento.

14. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO

14.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3. Poderá ser concedida a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

14.4. A simples apresentação de notas fiscais de aquisição, por si só, não justificará a concessão de reequilíbrio contratual.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93 e alterações, fica o CONTRATADO sujeito à aplicação das seguintes penalidades pela inexecução total ou parcial do Contrato, independentemente do direito da CONTRATANTE de rescindi-lo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

15.2. O descumprimento do prazo pactuado para a entrega sem a apresentação de justificativa plenamente aceita pela CONTRATANTE sujeitará o CONTRATADO à multa diária de 0,025% (vinte e cinco milésimos por cento) do valor da parcela do objeto não entregue, limitada à 10% (dez por cento), sem prejuízo da aplicação das sanções



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

previstas no caput.

15.3. Não podendo a CONTRATADA cumprir qualquer dos prazos estabelecidos, total ou parcialmente, deverá apresentar justificativa por escrito até o vencimento do prazo de conclusão da etapa, ficando a critério da CONTRATANTE a sua aceitação.

15.4. Pela inexecução total ou parcial do compromisso, a CONTRATANTE poderá rescindir o contrato, cancelar saldo de empenho e aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

15.5. A multa aplicada será notificada à CONTRATADA e deduzida de pleno direito do pagamento devido.

15.6. Caso a CONTRATADA não tenha crédito a receber da CONTRATANTE, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação, para recolhimento da multa, através de DAM, sob pena de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial ou extrajudicial.

15.7. A aplicação de multa, bem como a rescisão do contrato, não impedem que a CONTRATANTE aplique ao CONTRATADO as demais sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

16. DAS CONDIÇÕES GERAIS:

16.1. A Secretaria requisitante reserva para si o direito de não aceitar produtos em desacordo com o previsto neste termo ou em desconformidade com as normas legais e/ou técnicas pertinentes ao objeto.

Dou ciência que o objeto do Termo de Referência e que os elementos elencados são suficientes para a contratação preterida.

Dou ciência que o presente Termo de Referência obedece às normas legais e os aspectos administrativos, declaro ainda que verifiquei a disponibilidade financeira e orçamentária junto a contabilidade.

Gilmar Caetano Silva
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos
Gestor do Contrato

Lara Fernandes Rodrigues
Secretária Municipal de Saúde
Gestora do Contrato

Júlio dos Reis Pereira
Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento
Gestor do Contrato

Leonardo Santos Araujo
Secretário Municipal de Estradas e Transportes
Gestor do Contrato



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

DECLARAÇÃO HABILITATÓRIA

A empresa _____, CNPJ _____ para fins de atendimento ao inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520 de 17.07.02, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação solicitados no edital e que tem conhecimento de que fatos supervenientes ou conhecidos após o julgamento poderão implicar na desclassificação desta empresa.

_____, _____ de 2022.

Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A empresa _____, CNPJ _____, com sede na _____, cidade _____/UF, CEP: _____ - _____ DECLARA, sob as penas da lei, que:

- a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;
- para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos;
- assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.
- tem disponibilidade de recursos humanos e materiais, equipamentos e ferramentas necessários ao cumprimento e efetiva entrega do objeto desta licitação.

() Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

_____, _____ de 2022.

Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

A empresa _____, com inscrição no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, portador do CPF nº _____ e RG _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º do mencionado artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido, de acordo com o disposto nos arts. 42 a 49 da citada Lei e Complementar 147 de 07 de agosto de 2014 que altera a Lei Complementar 123/06.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06 e nº 147/14, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

_____, _____ de _____ de 2022.

REPRESENTANTE LEGAL

Obs.: *Declaração a ser emitida em papel timbrado, ou em papel simples, com carimbo da empresa, ou outra forma que identifique o proponente.



ANEXO II

PROPOSTA DE PREÇOS

Razão Social/Nome Completo do licitante:

CNPJ/CPF:

Insc. Estadual/ Documento de Identificação:

Endereço:

CEP: _____ - _____

Cidade:

Estado:

Telefone:

Fax:

e-mail:

INFORMACÕES PARA PAGAMENTOS (QUALQUER BANCO / "PREFERENCIALMENTE" BANCO DO BRASIL):

Banco:

Agência:

Conta:

REPRESENTANTE LEGAL PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome:

Endereço:

CEP:

Identidade:

Órgão expedidor/UF:

Data de Expedição:

Estado Civil:

Nacionalidade:

CPF:

e-mail:



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Especificação	Valor unitário	Valor total
00001	AGUA SANITARIA 2L	UN	500	AGUA SANITARIA 2L		
00002	ALCOOL ETILICO 70% INPM	UN	300	ALCOOL ETILICO 70% INPM		
00003	ALCOOL ETILICO 70º GEL ANTI-SEPTICO 5 L	GL	100	ALCOOL ETILICO 70º GEL ANTI-SEPTICO 5 L		
00004	ANTISSÉPTICO SPRAY - ALCOOL	CX	40	ANTISSÉPTICO SPRAY - ALCOOL - HIGIENIZADOR ANTISSÉPTICO EM SPRAY P/ USO A SECO NAS MÃOS DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE EM AMBIENTE HOSPITALAR. REFIL EM BOLSA PLASTICA . DEVERÁ PROMOVER ANTISSEPSIA RÁPIDA, ELIMINADO 99,99% DE GERMES E BACTERIAS. DISPENSA O ENXAGUE, ALCOOL ETILICO EXTRA FINO, SECAGEM RÁPIDA, DEVERÁ SER ABSORVIDO RAPIDAMENTE E NÃO DEIXAR A PELE OLEOSA OU PEGAJOSA; COMPOSIÇÃO BÁSICA:ALCOHOL, AQUA, PROPYLENE GLYCOL, HIDROXIETHYL UREA. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE; CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES, COM NO MINIMO 400MLCADA. APRESENTAR FICHA TECNICA E REGISTRO NA ANVISA (FORNECEDOR DEVE OFERECER O DISPENSER COMODATO, PREVISÃO DE USO 80 UNIDADES)		
00005	AVENTAL REFORÇADO PRETO/LARANJA EM PVC COM QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR À TREVIRA	UN	300	AVENTAL REFORÇADO PRETO/LARANJA DUPLA FACE FABRICADO EM PVC COM QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR À TREVIRA TAMANHO: 1,20 x 0,70m ESPESSURA APROXIMADA: 0,60mm		
00006	BALDE DUPLO 30LTS	UN	5	BALDE DUPLO 30LTS - CONJUNTO DE BALDE PARA LIMPEZA COM SISTEMA DE 2 ÁGUAS COM DIVISÓRIA PARA 18 E 12 LITROS; ESPREMEDOR COM PRESSÃO SUPERIOR, COM DRENO DE ESCOAMENTO DE ÁGUÁ SUJA E RODIZIO. MEDIDAS: 52x37x84CM (CxLxA) - ADAPTÁVEL AO CARRO FUNCIONAL BRALIMPIA		
00007	BALDE PLASTICO 5 LITROS	UN	20	BALDE PLASTICO 5 LITROS NA COR VERDE		
00008	BOTA DE BORRACHA BRANCA NUMERO 35	PA	10	BOTA DE BORRACHA BRANCA NUMERO 35		
00009	BOTA DE BORRACHA BRANCA NUMERO 36	PA	15	BOTA DE BORRACHA BRANCA NUMERO 36		
00010	BOTA DE BORRACHA BRANCA NUMERO 37	PA	20	BOTA DE BORRACHA BRANCA NUMERO 37		
00011	BOTA DE BORRACHA BRANCA NUMERO 38	PA	12	BOTA DE BORRACHA BRANCA NUMERO 38		
00012	BOTA DE BORRACHA	PA	10	BOTA DE BORRACHA BRANCA		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

	BRANCA NUMERO 39			NUMERO 39		
00013	BOTA DE BORRACHA BRANCA NUMERO 41	PA	10	BOTA DE BORRACHA BRANCA NUMERO 41		
00014	BOTA DE BORRACHA BRANCA NUMERO 42	UN	8	BOTA DE BORRACHA BRANCA NUMERO 42		
00015	BOTA DE BORRACHA BRANCA, NUMERO 40	PA	12	BOTA DE BORRACHA BRANCA, NUMERO 40		
00016	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA N 34	PA	10	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA N 34		
00017	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA N 38	PA	10	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA N 38		
00018	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA N 39	PA	15	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA N 39		
00019	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA N 40	PA	10	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA N 40		
00020	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA N 41	PA	10	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA N 41		
00021	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA N 42	PA	15	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA N 42		
00022	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA N 36	PA	25	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA N 36		
00023	CABO ALUMÍNIO PARA MOP COLORIDO	UN	15	CABOS DE ALUMÍNIO COLORIDOS COM HASTE EURO. DIÂMETROS DE 24 MM E 22 MM, ATENDEM AOS ACESSÓRIOS DE LIMPEZA PARA ESSE TIPO DE ENCAIXE SÃO MAIS FIRMES E SEGUROS PARA A REALIZAÇÃO DA LIMPEZA.		
00024	CALÇADO DE SEGURANÇA, TIPO BOTA, NA COR BRANCA, IMPERMEÁVEL, DE USO PROFISSIONAL, CONFECCIONADA EM P	PA	30	CALÇADO DE SEGURANÇA, TIPO BOTA, NA COR BRANCA, IMPERMEÁVEL, DE USO PROFISSIONAL, CONFECCIONADA EM POLICLORETO DE VINILA (PVC), SEM FORRO, COM DESENHOS ANTIDERRAPANTES NO SOLADO, CANO MÉDIO, ABAIXO DO JOELHO. TAMANHOS DIVERSOS.		
00025	CARRO HOSPITALAR PARA ROUPAS	UN	1	CARRO HOSPITALAR PARA TRANSPORTE DE ROUPA E MATERIAL DE LIMPEZA PARA MOBILIÁRIO COM DUAS ALÇAS ERGONÔMICAS. MEDIDAS APROXIMADAS AXLXC, 110X60X130CM. CONTENDO DOIS COMPARTIMENTOS ISOLADOS E COM CHAVES, O PRIMEIRO COM BOLSA EM VINIL, COM PEDAL QUE POSSIBILITE A ABERTURA DA TAMPA PARA DESCARTE DE ROUPAS E/OU LIXO E O SEGUNDO COM PRATELEIRAS NO MÍNIMO 3 PRATELEIRAS. PRODUZIDO COM COLUNAS DE ALUMÍNIO E TERMOPLÁSTICO POLIPROPILENO. RODÍZIOS COM SISTEMA DE CARENAGEM QUE EVITAM QUE SUJIDADES COMO PÓ, POEIRA, CABELOS, ETC. AMORTECEDORES EM ELASTÔMERO TERMOPLÁSTICO. SISTEMA QUE PROTEJA AS PAREDES, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS CONTRA IMPACTOS. ESTRUTURA		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

				ARAMADA QUE POSSIBILITE A FIXAÇÃO DE 2 BALDES DE 25 LITROS COM TAMPAS HERMÉTICAS. INCLUINDO OS BALDES COM ALÇAS ERGONÔMICAS.		
00026	COLETOR P/ PERFURCORTANTES C/ 20 LITROS	UN	500	COLETOR P/ PERFURCORTANTES C/ 20 LITROS		
00027	DESINFETANTE CONCENTRADO GALAO 5LTS	UN	470	DESINFETANTE CONCENTRADO GALAO 5LTS		
00028	DESINFETANTE HOSPITALAR A BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO E BIGUANIDA CONCENTRADO - DILUIÇÃO 1:200 - D	UN	140	DESINFETANTE HOSPITALAR A BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO E BIGUANIDA CONCENTRADO - DILUIÇÃO 1:200 - DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS A BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO DE 5º GERAÇÃO E BIGUANIDA POLIMÉRICA. GALÃO DE 5 LITROS. APRESENTAR REGISTRO NA ANVISA. DEVE APRESENTAR FICHA TÉCNICA E FISPQ. SOLICITO 3 DILUIDORES APROPRIADOS PARA DILUIÇÃO DESTE PRODUTO CONSIGNADOS.		
00029	DETERGENTE LIQUIDO DILUIÇÃO 1:20 - GALÃO COM 5 LITROS	UN	150	DETERGENTE LIQUIDO DILUIÇÃO 1:20 - GALÃO COM 5 LITROS		
00030	DETERGENTE LIQUIDO NEUTRO, TRANSPARENTE, TRANSLUCIDO, COMPOSIÇÃO: LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE	UN	12.000	DETERGENTE LIQUIDO NEUTRO TRANSPARENTE, TRANSLUCIDO, COMPOSIÇÃO: LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, SEQUESTRANTE E TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL; TESTADO DERMATOLOGICAMENTE; FRASCO COM 500ML, DENSIDADE MÍNIMA DE 490G/500ML. DEVE CONSTAR NO ROTULO Nº DO REGISTRO DA ANVISA, CNPJ DA EMPRESA, O QUÍMICO RESPONSÁVEL, VALIDADE, ENDEREÇO E TELEFONE PARA CONTATO. DATA DE FABRICAÇÃO E LOTE IMPRESSOS NO FRASCO. VALIDADE MÍNIMA DE 23 MESES. MARCA DE REFERÊNCIA YPÊ, MINUANO OU SIMILAR.		
00031	DISCO DE FIBRA AMARELO PARA ENCERADEIRA INDUSTRIAL	UN	20	DISCO DE FIBRA AMARELO PARA ENCERADEIRA INDUSTRIAL CL350 - LIMPEZA LEVE E BRILHO		
00032	DISCO DE FIBRA AZUL PARA ENCERADEIRA INDUSTRIAL	UN	20	DISCO DE FIBRA AZUL PARA ENCERADEIRA INDUSTRIAL CL350 - REMOÇÃO DE SUJEIRAS E TRATAMENTO DE PISO		
00033	DISCO DE FIBRA BRANCO PARA ENCERADEIRA INDUSTRIAL	UN	20	DISCO DE FIBRA BRANCO PARA ENCERADEIRA INDUSTRIAL CL350 - POLIMENTO COM ALTO NÍVEL DE BRILHO		
00034	ESTOPA, BRANCA, PRIMEIRA LINHA 50 KG	FD	3	ESTOPA, BRANCA, PRIMEIRA LINHA 50KG		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

00035	FIBRA DE LIMPEZA PESADA - VERDE	UN	60	FIBRA DE LIMPEZA PESADA - VERDE - PRODUTO À BASE DE FIBRAS SINTÉTICAS E MINERAL ABRASIVO, UNIDOS POR RESINA À PROVA D'ÁGUA. PRODUZIDAS DENTRO DE MODERNOS PADRÕES TECNOLÓGICOS, PODEM SER USADAS EM DIVERSAS APLICAÇÕES DESDE A ÁREA GASTRONÔMICA ATÉ A LIMPEZA PESADA DE PISOS E PAREDES.DE ACORDO COM A VIGILÂNCIA SANITÁRIA, SUBSTITUEM COM SUCESSO AS LÂS DE AÇO, POIS NÃO SOLTAM RESÍDUOS QUE CONTAMINAM ALIMENTOS E AMBIENTES, SENDO MUITO MAIS EFICIENTES PARA A REALIZAÇÃO DA LIMPEZA. LIMPEZA PESADA. APRESENTAR FICHA TECNICA		
00036	FIBRA DE LIMPEZA VIDRO - BRANCA	UN	60	FIBRA DE LIMPEZA VIDRO - BRANCA - PRODUTO À BASE DE FIBRAS SINTÉTICAS E MINERAL ABRASIVO, UNIDOS POR RESINA À PROVA D'ÁGUA. PRODUZIDAS DENTRO DE MODERNOS PADRÕES TECNOLÓGICOS, PODEM SER USADAS EM DIVERSAS APLICAÇÕES DESDE A ÁREA GASTRONÔMICA ATÉ A LIMPEZA PESADA DE PISOS E PAREDES.DE ACORDO COM A VIGILÂNCIA SANITÁRIA, SUBSTITUEM COM SUCESSO AS LÂS DE AÇO, POIS NÃO SOLTAM RESÍDUOS QUE CONTAMINAM ALIMENTOS E AMBIENTES, SENDO MUITO MAIS EFICIENTES PARA A REALIZAÇÃO DA LIMPEZA. MACIA. APRESENTAR FICHA TECNICA		
00037	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% - 5 LITROS	UN	180	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% - 5 LITROS - DESINFETANTE HOSPITALAR A BASE DE HIPOCLORITO DE SÓDIO 1%, PARA SUPERFÍCIE E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS. POSSUI AÇÃO BACTERICIDA. INDICADO PARA DESINFECÇÃO DE SUPERFÍCIES FIXAS NÃO METÁLICAS DE HOSPITAIS E ESTABELECIMENTOS DE ATENDIMENTO À SAÚDE. APRESENTAR FICHA TÉCNICA, FISPQ E REGISTRO NA ANVISA.		
00038	LIMPA ALUMINIO GALÃO 50 LTS CONCENTRADO 1/100	UN	12	LIMPA ALUMINIO GALÃO 50 LTS CONCENTRADO 1/100		
00039	LIMPA VIDRO VIDREX OU SIMILAR C/500ML	UN	60	LIMPA VIDRO VIDREX OU SIMILAR C/500ML, COM AÇÃO ANTI-ESTÁTICA, COM ESPUMA CONTROLADA E SECAGEM ULTRA-RÁPIDA.		
00040	LIXEIRA HOSPITALAR 30LTS	UN	50	LIXEIRA TUBULAR C/ PEDAL 30LTS MATERIAL: POLIETILENO ROTOMOLDADO SEM SOLDAS OU EMENDAS, TRATAMENTO UV APRESENTAR FICHA TECNICA		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

				OU FOLDER. MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURAX LARGURA - 44x 34CM		
00041	LUVA DE VAQUETA CANO CURTO TAMANHO G	UN	250	LUVA DE VAQUETA CANO CURTO TAMANHO G		
00042	LUVA DE VAQUETA COM PUNHO DE RASPA G	PA	250	LUVA DE VAQUETA COM PUNHO DE RASPA G		
00043	LUVA NITRILICA CANO LONGO TAMANHO M	UN	200	LUVA FABRICADA EM BORRACHA NITRÍLICA, TAMANHO M, POSSUI ANTIDERRAPANTE NA PALMA E NA FACE PALMAR DOS DEDOS, REFORÇADA, CANO LONGO, SEMFORRO, NA COR VERDE, CERCA DE 45mm DE ESPESSURA E 43-46 cm DE COMPRIMENTO		
00044	LUVA NITRILICA VERDE COM FORRO REFORÇADA TAM G	PA	280	Altamente resistente a produtos químicos, principalmente ácidos, cáusticos e solventes e, também, possui excelente resistência mecânica a rasgo, perfuração, corte e abrasão. Alta flexibilidade oferecendo o máximo de conforto ao usuário. E, por último, possui palma antiderrapante que facilita o manuseio seguro de objetos secos ou molhados. 33 cm de comprimento.		
00045	LUVA NITRILICA VERDE COM FORRO REFORÇADA TAM XG	PA	370	Altamente resistente a produtos químicos, principalmente ácidos, cáusticos e solventes e, também, possui excelente resistência mecânica a rasgo, perfuração, corte e abrasão. Alta flexibilidade oferecendo o máximo de conforto ao usuário. E, por último, possui palma antiderrapante que facilita o manuseio seguro de objetos secos ou molhados. 33 cm de comprimento.		
00046	MARMITEX ISOPOR TERMICO COM TAMPAS Nº 8, CAIXA COM 200 UNIDADES	CX	140	MARMITEX ISOPOR TERMICO COM TAMPAS Nº 8, CAIXA COM 200 UNIDADES		
00047	MULTI USO INSTANTANEO OU S C/ 500ML	UN	48	MULTI USO INSTANTANEO OU S C/ 500ML		
00048	OLEO 68 - VG 68 - 1ª LINHA (SISTEMA HIDRAULICO)	BD	6	OLEO 68 -VG 68 - 1ª LINHA (SISTEMA HIDRAULICO)		
00049	PA COLETORA COM CAIXA	UN	3	PÁ COLETORA COM CAIXA EM POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA E CABO DE ALUMÍNIO COM MANOPLA COM FORMATO ANATÔMICO, APRESENTA ALTURA CORRETA PARA O OPERADOR QUE EFETUA O RECOLHIMENTO DOS DETRITOS E SUJIDADES EM PISOS, LEVE E RESISTENTE EVITA A FADIGA DO OPERADOR PODENDO SER UTILIZADA EM TODOS OS AMBIENTES. APRESENTAR FICHA TÉCNICA OU FOLDER		
00050	PANO PARA LIMPEZA DE PISO	UN	100	PANO ALVEJADO PARA LIMPEZA DE PISO 22 BATIDAS - 50x70CM		
00051	PAPEL HIGIÊNICO, FOLHA SIMPLES, ROLÃO DE 300MTS DE 8 CM A 10 CM DE LARGURA, EMBALADOS DE	FD	180	PAPEL HIGIÊNICO, FOLHA SIMPLES, ROLÃO DE 300MTS DE 8 CM A 10 CM DE LARGURA, EMBALADOS DE FORMA		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

	FORMA ADEQ				ADEQUADA PARA NÃO DANIFICAR NEM CONTAMINAR O PRODUTO CONTENDO 08 UNIDADES. (FORNECEDOR DEVE OFERECER O DISPENSER COMODATO, PREVISÃO DE USO 40 UNIDADES)		
00052	PAPEL TOALHA 100% CELULOSE VIRGEM	CX	1.000		PAPEL TOALHA 03 DOBRAS/M ³ , BRANCO, 100% FIBRAS VIRGENS NÃO TRANSGÊNICAS, DIMENSÃO APROXIMADA :23X27CM, GRAMATURA DE 36 A 39GRS/M ² , DEVERÁ APRESENTAR LAUDO MICROBIOLOGICO E DE IRRITABILIDADE DÉRMICA, FORNECENDO EM FARDOS. EMBALADOS EM CAIXAS COM, NO MÍNIMO, 2.400 FOLHAS INFORMADA NA CAIXA. (FORNECEDOR DEVE OFERECER O DISPENSER COMODATO, PREVISÃO DE USO 65 UNIDADES)		
00053	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO COR CREME 1000 FOLHAS	UN	150		PAPEL TOALHA INTERFOLHADO COR CREME 1000 FOLHAS		
00054	PULVERIZADOR 500ML	UN	40		PULVERIZADOR FABRICADO EM POLIPROPILENO, RESISTENTE PARA CARREGAR SOLUÇÕES DE LIMPEZA. COM JATO DIRIGIDO E EM LEQUE		
00055	REFIL MOP ÚMIDO 85% ALGODÃO E 15% POLIÉSTER, COMPATÍVEL COM HASTE EURO. INDICADOS PARA A HIGIENIZAÇÃO	UN	80		REFIL MOP ÚMIDO 85% ALGODÃO E 15% POLIÉSTER, COMPATÍVEL COM HASTE EURO. INDICADOS PARA A HIGIENIZAÇÃO HOSPITALAR E DE LABORATÓRIO, COM EXCELENTE ABRASÃO, ABSORÇÃO E ALTO PODER PARA RETIRAR LÍQUIDOS. COMPOSIÇÃO E FIOS PERFEITAMENTE TRAMADOS, DE MODO QUE NÃO SOLTEM FIAPOS. POSSUEM BARRA COLORIDA PARA IDENTIFICAÇÃO NA PARTE SUPERIOR DO REFIL. ESTA COLORAÇÃO DIFERENCIADA PERMITE QUE OS REFIS SEJAM IDENTIFICADOS E UTILIZADOS EM ÁREAS DIFERENTES, PREVENINDO A TRANSFERÊNCIA DE CONTAMINAÇÕES.		
00056	RODO 65CM	UN	16		EQUIPAMENTO PRODUZIDO EM POLIPROPILENO COM ENCAIXE DO SISTEMA EURO. DISPONÍVEL EM CORES VARIADAS, QUE PODEM AUXILIAR NA PREVENÇÃO DA CONTAMINAÇÃO CRUZADA ENTRE AMBIENTES. DIMENSÕES 65CM. APRESENTAR FICHA TÉCNICA OU FOLDER.		
00057	SABAO EM BARRA GLICERINADO C/ 5 UNID	PC	50		SABAO EM BARRA GLICERINADO C/ 5 UNID		
00058	SABONETE 11 GRS /BRANCO	UN	1.000		SABONETE 11 GRS /BRANCO 1		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

	1 QUALIDADE			QUALIDADE		
00059	SABONETE EM ESPUMA P/ ASSEPSIA DAS MÃOS, SUAVE, FRAGANCIA FLORAL.SISTEMA DE DOSAGEM EM ESPUMA QUE PR	CX	60	SABONETE EM ESPUMA P/ ASSEPSIA DAS MÃOS, SUAVE, FRAGANCIA FLORAL.SISTEMA DE DOSAGEM EM ESPUMA QUE PROPORCIONE MELHOR AÇÃO E CUSTO FINAL. FÓRMULA BALANCEADA QUE PERMITA MANTER A PELE SAUDEL MESMO APOS VARIOS CONTATOS. REFIL EM BOLSA PLASTICA COM APROXIMADAMENTE 1.600 APLICAÇÕES. FORMULAÇÃO COM TENSOATIVOS DE ALTA EFICIENCIA PARA REMOÇÃO TOTAL DA SUJIDADE. COMPOSIÇÃO BÁSICA: COCAMIDE DEA, SODIUM LAURETH SULFATE, METHYLPARABEN/ BULTYPARABEN/ ETHYLPARABEN/ ISOBUTYLPARABEN, LANOLIN, PROPYLENE GLYCOL, TRIETHANOLAMINE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTRO DA SAUDE. CAIXA CONTENDO 06 REFIS DE NO MÍNIMO 600ML CADA. APRESENTAR FICHA TECNICA E REGISTRO NA ANVISA. (FORNECEDOR DEVE OFERECER O DISPENSER COMODATO, PREVISÃO DE USO 65 UNIDADES)		
00060	SABONETE LIQ. PEROLADO PERFUMADO 5 LTS	GL	20	SABONETE LIQ. PEROLADO PERFUMADO 5 LTS PRONTO PARA USOM COM REGISTRO NA ANVISA		
00061	SABONETE PARA AS MÃOS	CX	60	SABONETE EM ESPUMA P/ ASSEPSIA DAS MÃOS, SUAVE, FRAGANCIA FLORAL.SISTEMA DE DOSAGEM EM ESPUMA QUE PROPORCIONE MELHOR AÇÃO E CUSTO FINAL. FÓRMULA BALANCEADA QUE PERMITA MANTER A PELE SAUDEL MESMO APOS VARIOS CONTATOS. REFIL EM BOLSA PLASTICA COM APROXIMADAMENTE 1.600 APLICAÇÕES. FORMULAÇÃO COM TENSOATIVOS DE ALTA EFICIENCIA PARA REMOÇÃO TOTAL DA SUJIDADE. COMPOSIÇÃO BÁSICA: COCAMIDE DEA, SODIUM LAURETH SULFATE, METHYLPARABEN/ BULTYPARABEN/ ETHYLPARABEN/ ISOBUTYLPARABEN, LANOLIN, PROPYLENE GLYCOL, TRIETHANOLAMINE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTRO DA SAUDE. CAIXA CONTENDO 06 REFIS DE NO		



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

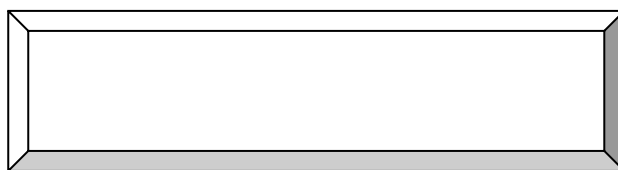
Setor de Licitações

Contato: (34) 3811-0070 licitacao@po.mg.gov.br

				MÍNIMO 600ML CADA. APRESENTAR FICHA TECNICA E REGISTRO NA ANVISA. A EMPRESA DEVE FORNECER O DISPENSER EM COMODATO. PREVISÃO APROXIMADA DE 65 UNIDADES.		
00062	SACO DE LIXO 100LTS C/100UND MICRA 0,08	UN	710	SACO DE LIXO 100LTS C/100UND MICRA 0,08		
00063	SACO DE LIXO 20LT-100UND MICRA 0,04 PRET	UN	80	SACO DE LIXO 20LT-100UND MICRA 0,04 PRET		
00064	SACO DE LIXO 50LTS - 100UN REFORÇADO	UN	100	SACO DE LIXO 50LTS - 100UN REFORÇADO		
00065	SACO DE LIXO LEITOSO 100LTS -100UND	UN	150	SACO DE LIXO LEITOSO 100LTS - 100UND		
00066	SACO DE LIXO LEITOSO 20LTS -100UNDS	UN	50	SACO DE LIXO LEITOSO 20LTS - 100UNDS		
00067	SACO HAMPER	UN	8.000	SACO HAMPER 120 LITROS, MEDIDAS DE 90 X 1,05CM		
00068	SOLUPAN DILUIÇÃO 1/100 CONCENTRADO BB DE 50 LITROS	UN	12	SOLUPAN DILUIÇÃO 1/100 CONCENTRADO BB DE 50 LITROS		
00069	SOLUPAN/DESENGRAXANTE CONCENTRADO BB.50I	UN	10	SOLUPAN/DESENGRAXANTE CONCENTRADO BB.50		
00070	SUPORTE DE PLASTICO PARA FIBRAS	UN	6	SUPORE PLASTICO ARTICULADO, MOLDADO COM GANCHOS QUE PERMITAM A FIXAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE FIBRAS DE LIMPEZA, COM CABO DE 140CM EM ALUMINIO CORES VARIADAS (VERDE, VERMELHO, AZUL E AMARELO)		
00071	TOUCA DESCARTÁVEL SANFONADA EM TNT - COM 100 UNIDADES	PC	100	TOUCA DESCARTÁVEL SANFONADA EM TNT - COM 100 UNIDADES		
00072	VASSOURA DE PELO PARA LIMPEZA AUTOMOTIVA	UN	6	VASSOURA DE PELO PARA LIMPEZA AUTOMOTIVA		

Carimbo ou outra forma de identificação do proponente.

Validade da Proposta: 60 dias



⇒ Declaramos para todos os efeitos legais que, ao apresentar esta proposta, com os preço e prazos acima indicados, estamos de pleno acordo com as condições gerais e especiais estabelecidas para esta licitação, as quais nos submetemos incondicional e integralmente.

⇒ Declaramos também que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Assinatura: _____ Data ____/____/____

OUTORGANTE (RECONHECER FIRMA)



ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0/2022

Processo Licitatório nº.: 158/2022

Modalidade: Pregão Eletrônico nº.: 068/2022

Procedimento: Registro de Preços nº.: 039/2022

Fiscal da Ata de Registro de Preços: Compete a cada Setor após indicação do Secretário(a) responsável.

Gestor da Ata de Registro de Preços: Gilmar Caetano Silva, Lara Fernandes Rodrigues, Júlio dos Reis Pereira e Leonardo Santos Araujo.

Aprovado

Procurador (a) Municipal

Por esta Ata de Registro de Preços, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 18.602.060/0001-40, sediado na Praça Doutor Castilho, nº 10, Centro, em Presidente Olegário – MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **RHENYS DA SILVA CAMBRAIA**, brasileiro, casado, Militar da Reserva; inscrito no CPF sob o nº 034.826.756-86 e Carteira de Identidade RG: MG7691864, residente e domiciliado na Rua

Antônio Pereira de Araújo, 271, Dona Benta, CEP 38750-000, em Presidente Olegário - MG, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº. ____/____-____ situada _____, _____/UF, CEP, neste ato REPRESENTADA por seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, inscrito no CPF nº. _____ e RG nº. _____, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, sob a regência das Leis Municipais vigentes, Leis Federais nºs. 8.666/93, 10.520/2002, e Decretos Municipais e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1. A presente ata de registro de preços decorre do Processo Licitatório nº. 158/2022 por meio do Pregão Eletrônico nº. 068/2022 pelo procedimento de REGISTRO DE PREÇOS 039/2022.

1.2. Integram esta Ata de Registro de Preços, como se nela estivessem transcritos, o Termo de Referência do Edital de licitação e a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA no Processo Licitatório correspondente.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E DAS SECRETARIAS REQUISITANTES

2.1. O presente contrato tem como objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA DIVERSAS SECRETARIAS NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e demais documentações anexas ao Termo de Referência.

2.2. Secretaria Requisitante:

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Gestor: Gilmar Caetano da Silva.

Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

Gestor: Júlio dos Reis Pereira

Secretaria Municipal de Estradas e Transportes

Gestor: Leonardo Santos Araujo

Secretaria Municipal de Saúde

Gestora: Lara Fernandes Rodrigues.



3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- b) Exercer o acompanhamento e a fiscalização do contrato, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- c) Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- d) Pagar à Contratada o valor resultante da aquisição, conforme cronograma ratificadas pelo fiscal do contrato.
- e) Fornecer à Contratada todas as Ordens de Fornecimentos relativas os materiais solicitados.
- f) Efetuar o pagamento conforme especificado no Termo de Referência.
- g) Informar imediatamente qualquer anomalia detectada no(s) materiais.

São obrigações da CONTRATADA:

- a) Entregar os produtos objeto do contrato com qualidade e eficiência, dentro dos padrões e prazos exigidos pelo CONTRATANTE, conforme solicitação da Secretaria Requisitante e conforme exigido neste Contrato, dentro do município de Presidente Olegário sem ônus ao município.
- b) Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da contratação.
- c) Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei nº 8.666/93 devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.
- d) Responsabilizar-se por qualquer dano ou prejuízo advindo da má execução do objeto contratual perante terceiros, isentando o Contratante de qualquer ônus ou encargo a esse título.
- e) Providenciar imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à aquisição.
- f) Responsabilizar-se por todas as despesas, diretas e indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho do objeto ora licitado, ficando ainda, a Contratante, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 4.1. A presente ata de registro de preços tem o seu valor com o total de **R\$_____**, *(planilha de custos)*.
- 4.2. Os pagamentos serão realizados pelo Município em até **15 (quinze)** dias após a entrega, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato, incluídas nestas o atestado de recebimento dos produtos.
- 4.3. O pagamento à contratada somente será realizado mediante a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica e do atestado de aceite pela Secretaria solicitante.
- 4.4. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente bancária, devendo o licitante vencedor apresentar o número de conta, o banco e a agência junto ao corpo da Nota Fiscal ou em anexo.
 - 4.4.1. Em caso de alteração de conta bancária, deverá comunicar, formalmente, à Secretaria Municipal de Fazenda para que seja feita a retificação da conta cadastrada.
- 4.5. Somente serão efetuados pagamentos para as notas fiscais emitidas pelo participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de contrato, não sendo admitido pagamento para outrem através de procuração (Decreto Municipal nº 987 de 14 de junho de 2017).
- 4.6. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a contratada dará ao Município de Presidente Olegário plena, geral e irrevogável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.
- 4.7. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos



pagamentos futuros ou cobrados da contratada.

4.8. Nenhum pagamento será efetuado a Contratada enquanto pendente de liquidação, obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

5.1. Os valores não sofrerão qualquer reajuste no período de vigência desta ata.

6. CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1 Poderá ser utilizada qualquer dotação orçamentária prevista para o exercício de 2022, destinadas ao pagamento do objeto licitado, por ser registro de preços, conforme disposto no §2º do Art. 7º do Decreto Federal 7.892/13.

6.2 A parte das despesas decorrentes desta licitação que não forem realizadas em 2022 correrá à conta de dotações orçamentárias próprias de exercícios futuros.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1 O prazo de validade desta ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993, a contar da data de sua assinatura, findando em ____ de _____, de 2022.

7.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.3 Os contratos decorrentes desta ata de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORNECIMENTO

8.1. O Licitante vencedor do certame se responsabiliza pelo fornecimento dos materiais, conforme objeto do presente Edital, devendo a efetiva entrega ocorrer de forma parcelada em até 8 (oito) dias consecutivos após o recebimento da NAF que será encaminhada para o e-mail informado na Proposta de Preços;

8.2. A entrega dos materiais deverá ser efetuada:

- no local a ser determinado pelas Secretarias Municipais Requisitantes, na cidade de Presidente Olegário, conforme definido em NAF no horário das 08h00min às 16h00min, de segunda-feira a sexta-feira, em dias úteis, conforme informado a cada emissão de Ordem de Fornecimento.

8.3. A entrega não efetuada, sujeitará a contratada as sanções administrativas previstas neste instrumento bem como as previstas em leis vigentes.

8.4. Ao participar deste certame, as licitantes se comprometem a acompanhar o e-mail informado no ANEXO I para apurar o recebimento de NAF.

8.5. Excepcionalmente, desde que devidamente justificados e aceitos pela administração, serão tolerados pequenos atrasos.

8.6. Após transcorridos 20 dias consecutivos, constatada a não entrega dos produtos, a empresa será notificada extrajudicialmente.

8.7. Não será admitida em hipótese alguma a entrega de materiais danificados, sob pena suspensão do fornecimento e demais medidas legais.

8.8. Os materiais, mesmo entregues e aceitos, ficarão sujeitos à substituição desde que comprovada a preexistência de defeitos, má-fé do fornecedor ou condições inadequadas de transporte, que comprometam a integridade do produto.

8.9. O licitante deverá se responsabilizar pelos materiais que forem resguardados pela garantia do fornecedor.

8.10. A não entrega, a entrega incompleta ou insatisfatória dos itens, além do descumprimento das cláusulas sujeitará à contratada as sanções administrativas previstas neste instrumento bem como as previstas em leis vigentes.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

9.1. Nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93 e alterações, fica o CONTRATADO sujeito à aplicação das seguintes penalidades pela inexecução total ou parcial do Contrato, independentemente do direito da CONTRATANTE de rescindi-lo:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado;



c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

9.2. O descumprimento do prazo pactuado para a entrega sem a apresentação de justificativa plenamente aceita pela CONTRATANTE sujeitará o CONTRATADO à multa diária de 0,025% (vinte e cinco milésimos por cento) do valor da parcela do objeto não entregue, limitada à 10% (dez por cento), sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no caput.

9.3. Não podendo a CONTRATADA cumprir qualquer dos prazos estabelecidos, total ou parcialmente, deverá apresentar justificativa por escrito até o vencimento do prazo de conclusão da etapa, ficando a critério da CONTRATANTE a sua aceitação.

9.4. Pela inexecução total ou parcial do compromisso, a CONTRATANTE poderá rescindir o contrato, cancelar saldo de empenho e aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

9.5. A multa aplicada será notificada à CONTRATADA e deduzida de pleno direito do pagamento devido.

9.6. Caso a CONTRATADA não tenha crédito a receber da CONTRATANTE, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação, para recolhimento da multa, através de DAM, sob pena de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial ou extrajudicial.

9.7. A aplicação de multa, bem como a rescisão do contrato, não impedem que a CONTRATANTE aplique ao CONTRATADO as demais sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

O objeto desta licitação deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

O objeto será aceito após a verificação, pela fiscalização do contrato, do cumprimento de todas as obrigações e especificações constantes do contrato, do Edital e dos demais documentos integrantes do procedimento licitatório, e ainda em conformidade com a legislação de regência.

Dos Atores da Gestão do Contrato

O contrato será acompanhado por servidores designados pelo Município de Presidente Olegário, nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Instrução Normativa nº 05, de 25/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para atuarem como gestor, fiscal técnico e fiscal administrativo.

Mecanismos de comunicação

Os meios de comunicação que serão utilizados para contato entre contratante e contratada serão os seguintes:

- telefone, correio eletrônico,
- reuniões, e
- correspondências (Ofícios).

ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito



cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

I – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

II – Fiscalização: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário; é também o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento; além disso é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

10.1. Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Olegário – MG, como único competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem assim ajustadas, as partes, com as testemunhas abaixo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Presidente Olegário/MG, ___ de _____ de 2022.

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO
RHENYS DA SILVA CAMBRAIA
Prefeito Municipal

Gilmar Caetano da Silva
Secretaria Municipal de Obras e Serviços

Lara Fernandes Rodrigues
Secretaria Municipal de Saúde



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO
Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0021-40
Tel.: (34) 3811-0070 – www.po.mg.gov.br – licitacao@po.mg.gov.br

Júlio dos Reis Pereira
Secretario Municipal de Agricultura e
Abastecimento

Leonardo Santos Araujo
Secretaria Municipal de Administração e
Transportes

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
Representante Legal

TESTEMUNHAS: I - _____

II - _____



ANEXO IV

MINUTA CONTRATUAL Nº /2022

Processo Licitatório nº.: 158/2022

Modalidade: Pregão Eletrônico nº.: 068/2022

Fiscal da Ata de Registro de Preços: Compete a cada Setor após indicação do Secretário(a) responsável
Gestor da Ata de Registro de Preços: Gilmar Caetano Silva, Lara Fernandes Rodrigues, Paulo Henrique Leite e Leonardo Santos Araujo.



Por este contrato, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 18.602.060/0021-40, sediado na Praça Doutor Castilho, nº 10, Centro, em Presidente Olegário – MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor RHENYS DA SILVA CAMBRAIA, brasileiro, casado, Militar da Reserva; inscrito no CPF sob o nº 034.826.756-86 e Carteira de Identidade RG: MG7691864, residente e domiciliado na Rua Antônio Pereira de Araújo, 271, Dona Benta, CEP 38750-000, em Presidente Olegário/MG, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado _____, pessoa jurídica, inscrita no

CNPJ sob nº ____/____ - ____ situada _____, _____/UF, CEP _____, neste ato REPRESENTADA por seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, inscrito no CPF nº. _____ e RG nº. _____, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, na forma da Lei Federal nº. 10.520/2002, do Decreto Federal nº. 10.024/2019 Decreto Municipal nº 1.183/2020, da Lei Complementar nº. 123/2006 e, subsidiariamente, da Lei Federal nº. 8.666/1993 e de outras normas aplicáveis, e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1. O presente contrato decorre do Processo Licitatório nº. 158/2022 por meio do Pregão Eletrônico nº. 068/2022 regido pelo disposto na Lei nº 10.520 de 17/07/2002, e demais normas pertinentes.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E SECRETARIAS REQUISITANTES

2.1. O presente contrato tem como objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e demais documentações anexas ao Termo de Referência.

2.2. Secretaria Requisitante:

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Gestor: Gilmar Caetano da Silva.

Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

Gestor: Paulo Henrique Leite

Secretaria Municipal de Estradas e Transportes

Gestor: Leonardo Santos Araujo

Secretaria Municipal de Saúde

Gestora: Lara Fernandes Rodrigues.



2.3. Integram este contrato, como se nele estivessem transcritos, o Termo de Referência do Edital de licitação e a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

3.1.2. Fiscalizar a execução do objeto.

3.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do contrato, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

3.1.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

3.1.5. Pagar à Contratada o valor resultante da aquisição, ratificadas pelo fiscal do contrato.

3.1.6. Fornecer à Contratada todas as Ordens de Fornecimentos relativas os materiais solicitados.

3.1.7. Efetuar o pagamento conforme especificado no Termo de Referência.

3.1.8. Informar imediatamente qualquer anomalia detectada no(s) materiais.

3.2. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de todas as normas que regulamentam os produtos, a contratada deverá:

3.2.1. Entregar os produtos objeto do contrato com qualidade e eficiência, dentro dos padrões e prazos exigidos pelo CONTRATANTE, conforme solicitação da Secretaria Requisitante e conforme exigido neste Contrato, dentro do município de Presidente Olegário sem ônus ao município;

3.2.2. Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da contratação.

3.2.3. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei nº 8.666/93 devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

3.2.4. Responsabilizar-se por qualquer dano ou prejuízo advindo da má execução do objeto contratual perante terceiros, isentando o Contratante de qualquer ônus ou encargo a esse título.

3.2.5. Providenciar imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à aquisição.

3.2.6. Responsabilizar-se por todas as despesas, diretas e indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho do objeto ora licitado, ficando ainda, a Contratante, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

3.2.7. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento, tais como: salários; seguros de acidentes; taxas, impostos e contribuições; indenizações; vales-refeição; vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

3.2.8. Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares do Contratante, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão.

3.2.9. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Contratante.

3.2.10. Responder pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento dos materiais, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;

3.2.10. Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a equipamentos de propriedade do Contratante, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento dos materiais.

3.2.11 Efetuar as entregas dos materiais, objeto da Autorização de Fornecimento, a critério da Contratante que, poderão ser parceladas de acordo com a programação estabelecida pelas Secretarias Requisitantes para cada equipamento.

3.2.12. Os materiais que vierem com defeito grave de fabricação e não atenderem às exigências do contrato



serão devolvidas e a Contratada os substituirão imediatamente, sem nenhum ônus para o Contratante;

3.2.13. Manter-se em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão, durante toda a execução do contrato;

3.2.14. Efetuar a entrega dos materiais no local a ser determinado pela Secretaria Municipal Requisitante, na cidade de Presidente Olegário, conforme definido em NAF no horário das 08h00min às 16h00min, de segunda-feira a sexta-feira, em dias úteis, conforme informado a cada emissão de Ordem de Fornecimento.

3.2.15 Arcar integralmente com os custos decorrentes dos transportes, carga e descarga dos materiais, que deverão ser entregues no endereço citado na NAF.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico- financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do serviço, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

4.2. O reequilíbrio econômico financeiro do contrato ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

4.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

4.4. Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso do reequilíbrio econômico financeiro a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

4.5. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

4.6. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.7. Poderá ser concedida a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

4.8. A simples apresentação de notas fiscais de aquisição, por si só, não justificará a concessão de reequilíbrio contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO REEQUILÍBRIO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

5.1. Por ser tratar de registro de preços, onde a administração não possui previsão correta da aquisição, as dotações orçamentárias serão proferidas em cada autorização de fornecimento.

5.2. Havendo necessidade, poderão ser acrescentadas novas dotações ao processo por meio de apostilamento de ficha.

6- CLÁUSULA SEXTA– DO PRAZO

6.1. Esta contratação terá vigência de 12 meses após a assinatura.

6.2. O contrato poderá ser prorrogado caso haja interesse entre as partes desde que em conformidade com o art. 57 da lei 8.666/93 e poderá sofrer alterações fundamentadas no art. 65 da mesma Lei.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7. Nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93 e alterações, fica o CONTRATADO sujeito à aplicação das seguintes penalidades pela inexecução total ou parcial do Contrato, independentemente do direito da CONTRATANTE de rescindi-lo:



- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

7.1. O descumprimento do prazo pactuado para a entrega sem a apresentação de justificativa plenamente aceita pela CONTRATANTE sujeitará o CONTRATADO à multa diária de 0,025% (vinte e cinco milésimos por cento) do valor da parcela do objeto não entregue, limitada à 10% (dez por cento), sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no caput.

7.2. Não podendo a CONTRATADA cumprir qualquer dos prazos estabelecidos, total ou parcialmente, deverá apresentar justificativa por escrito até o vencimento do prazo de conclusão da etapa, ficando a critério da CONTRATANTE a sua aceitação.

7.3. Pela inexecução total ou parcial do compromisso, a CONTRATANTE poderá rescindir o contrato, cancelar saldo de empenho e aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

7.4. A multa aplicada será notificada à CONTRATADA e deduzida de pleno direito do pagamento devido.

7.5. Caso a CONTRATADA não tenha crédito a receber da CONTRATANTE, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação, para recolhimento da multa, através de DAM, sob pena de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial ou extrajudicial.

7.6. A aplicação de multa, bem como a rescisão do contrato, não impedem que a CONTRATANTE aplique ao CONTRATADO as demais sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

7.8 Extensão das penalidades:

7.8.1. A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada àqueles que:

- a) retardarem a execução do pregão;
- b) demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração;
- c) fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

O objeto desta licitação deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos: O objeto será aceito após a verificação, pela fiscalização do contrato, do cumprimento de todas as obrigações e especificações constantes do contrato, do Edital e dos demais documentos integrantes do procedimento licitatório, e ainda em conformidade com a legislação de regência.

Dos Atores da Gestão do Contrato

O contrato será acompanhado por servidores designados pelo Município de Presidente Olegário, nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Instrução Normativa nº 05, de 25/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para atuarem como gestor, fiscal técnico e fiscal administrativo.

Mecanismos de comunicação

Os meios de comunicação que serão utilizados para contato entre contratante e contratada serão os seguintes:

- telefone, correio eletrônico,
- reuniões, e
- correspondências (Ofícios).

ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja



a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

III– Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

IV – Fiscalização: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário; é também o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento; além disso é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade.

9. CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1. Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Olegário – MG, como único competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem assim ajustadas, as partes, com as testemunhas abaixo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Presidente Olegário/MG, _____ de _____ de 2022.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
Representante Legal

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO
Rhenys da Silva Cambraia
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO
Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0021-40
Tel.: (34) 3811-0070 – www.po.mg.gov.br – licitacao@po.mg.gov.br

Gilmar Caetano da Silva
Secretaria Municipal de Obras e Serviços

Paulo Henrique Leite
Secretaria Municipal de Agricultura e
Abastecimento

Lara Fernandes Rodrigues
Secretaria Municipal de Saúde

Leonardo Santos Araujo
Secretaria Municipal de Estradas e Transportes

TESTEMUNHAS:

I - _____

II - _____